

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE<sup>1</sup>

Vera Lucia Pereira da Silva Moura<sup>2</sup>

Prof (a). Maria Luiza A. A. Serra<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de Paulo Freire na alfabetização de adultos, destacando as mudanças ocorridas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo da história, de modo a conhecer o sujeito adulto que procura ou dá continuidade aos seus estudos nessa fase. A pesquisa tomará por fundamento autores como Freire (1980), (1987), Gadotti (2013) e Pelandré (1998), que trazem discussões fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil está relacionada com a própria história da educação e, sua consolidação como modalidade de ensino é marcada por uma série de acontecimentos e ações. Neste cenário, o educador Paulo Freire surge como uma referência na Educação de Jovens e Adultos, através de sua proposta de alfabetização, inovadora para o contexto da década de 1960. Com esse estudo pretende-se na medida em que desenvolvemos o nosso objetivo, conhecer sobre a pessoa de Paulo Freire, seu “método” e suas ações na EJA.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1 História. 2 Educação de Jovens e Adultos. 3 Paulo Freire.

---

## INTRODUÇÃO

O interesse em estudar este tema surgiu com os debates sobre a Educação de Jovens e Adultos promovidos pelo Conselho Municipal de Educação de Londrina, onde sou conselheira, representando o segmento do ensino superior. Diante dessa temática, o trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: Quais as contribuições do educador Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos?

A principal finalidade do trabalho é apresentar as influências de Paulo Freire na alfabetização de adultos, mas buscamos também mostrar as mudanças ocorridas em torno da Educação de Jovens e Adultos ao longo da história e conhecer quem é o sujeito adulto que procura ou dá continuidade aos seus estudos nessa fase. Sua justificativa se reflete em

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação a distância *latu sensu* em Educação de Jovens e Adultos (EJA), pela Universidade Católica Dom Bosco. 2014.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Oeste Paulista, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Pedagoga da Rede Estadual de Educação do Paraná. E.mail: velperei@seed.pr.gov.br

<sup>3</sup> Professora da UCDB Virtual. Orientadora do Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação *latu sensu* em Gestão Escolar. Campo Grande/MS. E.mail: marialuiza@ead.ucdb.br.

reconhecer uma educação compatível e de qualidade para esse público específico. Do ponto de vista metodológico, o trabalho compreende a pesquisa bibliográfica e sua estrutura divide-se em três partes, além da introdução e considerações finais.

Na primeira parte buscamos traçar os aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, desde o período colonial até a década de 60. Em seguida, sob um breve retrospecto apresentamos os programas e campanhas que permearam a luta contra o analfabetismo. Concluindo o primeiro capítulo, relatamos sobre a revolução em Angicos, que foi uma experiência cujo objetivo era alfabetizar cerca de 300 trabalhadores jovens e adultos. A coordenação desse projeto ficou a cargo de Paulo Freire com a utilização de sua metodologia criada no início da década de 1960. Vale ressaltar, que essa experiência com alfabetização de adultos não foi à primeira de Freire, mas certamente foi a que mais o destacou.

Ainda, na segunda parte buscamos mostrar os fundamentos da concepção pedagógica de Paulo Freire, suas fases de elaboração de aplicação e, apresentando os pontos mais importantes da vida pessoal, profissional e educacional do referido autor. Posteriormente, mencionamos o conceito de emancipação e sua relação com a educação nas obras de Freire. Por sua vez, na terceira parte procuramos apresentar a organização da Educação de Jovens e Adultos na atualidade bem como mostrar as características e desafios dos sujeitos que buscam esta modalidade de ensino.

O presente estudo contribuiu para uma reflexão sobre o trabalho em turmas da Educação de Jovens e Adultos, no sentido de se pensar sobre uma prática pedagógica condizente a formação desses sujeitos. Através da pesquisa realizada sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, foi possível evidenciar que a sua trajetória é marcada por muitas transformações, com importantes conquistas na legislação.

## **1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL**

Por meio desta investigação percebemos que a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil acompanha o próprio desenvolvimento da educação que, por sua vez, está relacionada aos modelos econômicos e políticos vigentes em cada período. Desta forma, diante do movimento dessas relações é preciso refletir sobre os diferentes acontecimentos na história da educação para entendermos o desencadeamento no processo da educação para jovens e adultos.

Adentrando na história da educação do Brasil, verificamos que no período colonial as escolas existentes privilegiavam as classes mais abastadas, a classe de baixo poder aquisitivo não tinha acesso ao ensino escolar. Neste período a educação ficou a cargo dos jesuítas, que se dedicavam a duas tarefas fundamentais, a pregação da fé católica e o trabalho educativo. Nesse contexto, fazia parte do processo educacional o ensino da escrita e da leitura das crianças. Vale lembrar que os adultos indígenas também foram submetidos a essa ação cultural e educacional e por mais de dois séculos a educação se desenvolveu nessa conjuntura.

Mais tarde, quando expulsos do Brasil pelo marquês de Pombal em 1759, a educação entra em conflito, pois ao acabar com os colégios jesuítas um enorme vazio se abriu na educação portuguesa e de suas colônias, ou seja, a expulsão dos jesuítas significou o fim do único sistema de ensino que existia nessa época. A mudança educacional de Pombal tirou a educação até então responsável aos jesuítas e passou o compromisso para o Estado, assim no lugar das escolas jesuíticas, uma série de aulas régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica foram instaladas no Brasil colônia. Essas aulas eram autônomas, sem sequência e designadas especialmente aos filhos dos colonizadores portugueses, excluindo a população negra e indígena.

As primeiras iniciativas das reformas educacionais, com relação ao público adulto, ocorrem no Brasil Império indicando a necessidade da oferta de ensino para adultos analfabetos. Em 1879, Leôncio de Carvalho desenvolvia a função de Ministro dos Negócios do Império e foi através do Decreto n. 7.247 que ele estabeleceu uma reforma da educação com modificações nos ensinos primário, secundário e superior. O Decreto possuía vinte e nove itens dentre eles [...] “o oferecimento de cursos para adultos analfabetos.” [...]. (MELO; MACHADO, 2009, p. 297).

A partir da primeira Constituição Brasileira (1824) procurou-se oferecer um sentido maior para a educação, garantindo no art. 179 “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”. Entretanto, a lei não se fez presente na prática, fato que ocorreu segundo Scortegagna e Oliveira (2006), por dois motivos; primeiro porque a elite é quem possuía cidadania, ou seja, uma pequena parte da população, e segundo porque a responsabilidade que coube as Províncias na proposta da educação básica não foi colocada em ação, assim o governo imperial continuou responsável pela educação das elites, limitando o ensino formal às classes mais abastadas.

Dez anos depois, em 1834, entrou em vigor o Ato Adicional, o qual foi inserido na mesma Constituição. De acordo com a emenda tornou-se competência das Províncias

“legislar e promover a instrução pública, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos e academias atualmente existentes”. (Art. 10, § 2º).

Na passagem do Império para a República, novamente a educação foi colocada em debate, pelo fato de ser considerado um meio importante no desenvolvimento da sociedade brasileira, acreditava-se na possibilidade da educação colaborar para o progresso e buscava-se o aumento dos eleitores para responder os interesses das elites.

A educação ganhava novos impulsos sob a crença de que seria necessário educar o povo para que o país se desenvolvesse, assim como para participar politicamente através do voto, que se daria por meio da incorporação da enorme massa de analfabetos. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 4).

Percebemos no início do século XX, com o desenvolvimento industrial, que a valorização da educação de adultos passou por um processo ainda inibido, pois esse reconhecimento surge a princípio como um sentido de preocupação com o desenvolvimento da sociedade do que com a própria educação do cidadão.

Com a falta de políticas sólidas voltadas para a educação de adultos, em 1940 começou-se a identificar dados significativos de analfabetismo no país. De acordo com Scortegagna e Conceição (2006, p. 04), o país nessa época estava vivendo a agitação “política da redemocratização”. Desta forma, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)<sup>4</sup> vem colaborar com clareza, nos debates e ações sobre o analfabetismo e a educação dos adultos, principalmente nos países em desenvolvimento. A orientação da UNESCO perante esses países era de acabar com o analfabetismo através de programas de alfabetização. Diante dessa manifestação, em 1947, o governo apresenta a 1º Campanha Nacional de Educação de Adultos.

A Campanha de Educação de Adultos pretendia-se numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois seguiria uma etapa de “ação em profundidade” voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. (SCORTEGAGNA; CONCEIÇÃO 2006, p. 4).

Vale ressaltar que o analfabetismo na década acima citada era visto como causa do subdesenvolvimento no país e o analfabeto considerado como um sujeito incapaz, excluído do direito de votar, além disso, o trabalho de alfabetização com esses adultos era oferecido de

---

<sup>4</sup> As Campanhas em prol da educação foram realizadas em vários países após a 2ª Guerra Mundial e, tinham como principal incentivador a UNESCO, Órgão vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU).

forma infantilizada. Na década de 1950, a Campanha de Educação de Adultos passou por algumas críticas e acabou sendo extinta.

No final da década de 50 e início de 60, as políticas públicas voltadas à educação de adultos sofreram mudanças abrindo espaço a um novo olhar acerca dos problemas frente à alfabetização. A essa nova visão, sobre o analfabetismo, foi considerada a pessoa não alfabetizada uma formadora de conhecimento e, correlacionada às mesmas ideias, veio também a firmação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, tendo como referência o educador Paulo Freire.

Segundo Freire (1987), as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, o educador chamava a atenção de que o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos.

É nesse sentido a afirmação de Scortegagna e Oliveira (2006).

Freire, trazendo este novo espírito da época acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p.5).

Além disso, na década de 60 houve uma grande mobilização social em torno da educação de adultos. O período foi marcado pelos movimentos de Educação Popular, essas iniciativas contaram com o apoio da igreja, estudantes e intelectuais. Entre alguns movimentos destacamos: o Movimento de Cultura Popular (MCP, 1960), o Movimento de Educação de Base (MEB, 1961) e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE, 1961). Esses programas tiveram características próprias que serão expostas a seguir.

## 1.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS PROGRAMAS QUE PERMEARAM A LUTA CONTRA O ANALFABETISMO NO BRASIL

Dando início ao programa no ano de 1960, o Movimento de Cultura Popular era vinculado a Prefeitura de Recife contava com a ajuda de Paulo Freire que coordenava o Projeto de Educação de Adultos do MCP. O mesmo tinha como objetivo a alfabetização com novos métodos de aprendizagem. As atividades segundo a autora Cristiane Costa Brasil se limitaram a cidade de Recife e ao Rio Grande do Norte, pois havia pouco recurso financeiro para contemplar outros estados. Em 1964, o movimento foi extinto pelo golpe militar, os

militares cessaram com o movimento porque viam o mesmo como uma ameaça aos objetivos do governo.

Por sua vez, o Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado no ano de 1961 pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Contou com a ajuda do Governo Federal no repasse de recursos para a alfabetização de adultos e sua atuação se dava principalmente pelo estado de Minas Gerais e no interior das regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste, regiões estas com alto índice de subdesenvolvimento. O programa teve fim, em alguns estados, no ano de 1996 em razão da imposição feita pelo governo militar.

Posteriormente, o Centro de Cultura Popular surgiu em 1961, com o objetivo de atingir as classes de pouco recurso financeiro com a cultura letrada. O Centro foi criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), mas em 1964, o governo militar acabou com o movimento, quando incendiou as instalações da UNE<sup>5</sup>, que ficou destruída. Do mesmo modo, a Campanha de Educação Popular teve início em 1961 na Paraíba e utilizaram-se do método Paulo Freire na conscientização do sujeito perante sua realidade, mas a Campanha teve fim com o golpe militar, pois consideraram o método revolucionário.

Diante desse cenário, identificamos o fim dessas mobilizações e movimentos por motivos políticos, afinal, os programas por meio da presença da pedagogia de Paulo Freire, reconheciam o analfabetismo não como uma causa da situação de pobreza, mas como consequência de uma sociedade estruturada em desigualdades. Logo, para “a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”. (FREIRE, 1981, p. 13).

Perante esse contexto, percebemos a extinção dos movimentos durante o governo militar, pelo fato de estarem comprometidos com a conscientização das classes populares na busca de transformações e melhores condições de vida, ou seja, o governo passou a ditar as regras de forma autoritária para o país e assim centralizou seu poder não aceitando ideias contrárias ao seu sistema político.

Diante da situação que a educação no país estava sendo encarada, Freire mudou o significado das décadas anteriores ao trabalhar o conceito de que o adulto não era causa do subdesenvolvimento do país. Enquanto isso, com a influência dos movimentos de alfabetização popular e o reconhecimento por seu trabalho com a educação de adultos, o

---

<sup>5</sup> Em 2012, a UNE celebrou seus 75 anos, em meio à comemoração Jorge Luis Guedes, integrante da União, recordou o momento: “Eu estava aqui naquele dia. Nós tivemos uma noite de trevas. Eles vieram, tocaram fogo, tacaram tudo na rua e destruíram tudo.” Disponível em [www.une.org.br](http://www.une.org.br).

Governo pôs fim na Campanha de Educação de Adultos e encarregou Freire na elaboração e desenvolvimento de um Programa Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação. No entanto, antes mesmo de colocar em prática a proposta, o Golpe Militar<sup>6</sup> encerrou o programa. O governo passou a ver as propostas de Freire como ameaçadoras, os programas que objetivavam uma transformação social foram suspensos com a confiscação de materiais, detenção e exílio de seus organizadores. Por essa razão, causou-se o exílio de Freire e segundo ele:

O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de 70 dias (com muitos outros, comprometidos no mesmo esforço). Fui submetido durante quatro dias a interrogatórios [...] Livrei-me, refugiando-me na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964. Na maior parte dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar, além de minha “ignorância absoluta” [...] era o perigo que eu representava. (Freire, 1980, p. 15-16).

A configuração proposta para a Educação de Jovens e Adultos nesse período foi de retomar a prioridade do Estado em programas assistencialistas e conservadores no trabalho de alfabetização de adultos. Dentro desse contexto, o governo militar criou em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O MOBRAL foi um projeto do governo militar, que teve como objetivo erradicar o analfabetismo. No entanto, sua ação foi a alfabetização funcional dos jovens e adultos, ou seja, ensiná-los a ler, escrever e fazer cálculos deixando de lado a formação crítica do aluno.

O trabalho pedagógico no MOBRAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem. (MOTA, 2009, p. 15).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional Lei 5692/71 o Ensino Supletivo organizou-se em termos de cursos e exames. A Lei dedicou um capítulo a este ensino com cinco artigos, o qual formalmente passou a ser reconhecido como um direito.

---

<sup>6</sup> No dia 31 de março de 1964, um golpe militar foi provocado contra o governo de João Goulart. O golpe deu início ao Brasil, uma ditadura militar marcada por um período de censura e de autoridade extrema.

De início, o ensino supletivo foi anunciado como algo temporário, para aqueles que tinham a necessidade de provar escolaridade no trabalho, mas logo depois, tornou-se um meio de ensino necessário por razão da crescente procura. Com a Nova República, em 1985, o Mobral foi extinto e em seu lugar foi criada a Fundação Educar atuando em conjunto com os municípios. A mesma deixou de lado a realização dos programas, mas passou a apoiar de forma técnica e financeira os já existentes. A Fundação Educar visava a ação de programas de alfabetização e de educação básica para o adulto, seu atendimento dava preferência aos lugares com maior número de jovens e adultos analfabetos.

Os princípios metodológicos das ações implementadas pela Fundação Educar deveriam ser balizados na consideração do educando como sujeito do seu processo educativo, participando ativamente das situações de aprendizagem, na realidade pessoal e social do educando [...]. (SOUZA, 2012, p.53).

Com a aprovação da Constituição de 1988, o dever do Estado para com a EJA torna-se maior. A Constituição trata do assunto garantindo em seu artigo 208, inciso I, “o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Em 1990 a Fundação Educar foi extinta e o governo federal, então, afastou-se desse campo de atuação, encarregando os municípios na continuidade a esse atendimento. Observamos nesse momento, a orientação da municipalização no atendimento escolar aos jovens e adultos no ensino fundamental. Ainda em 1996, foi promulgada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB n. 9394/96, a qual definiu a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, determinando também o atendimento a esse público segundo seus interesses e necessidades e possibilitando uma formação diferente do trabalho com crianças. O conteúdo da nova Lei em relação a anterior muda pouco, tendo em vista a exigência que se mantenham os cursos e exames supletivos. O resultado mais relevante é a diminuição da idade antes definida em 18 e 21 anos, para 15 e 18 anos. A Educação de Jovens e Adultos, portanto, está alicerçada no Título V dos níveis e modalidades de educação e ensino, no capítulo II da educação básica, na seção V e composta pelos artigos 37 e 38, a saber:

Art. 37°. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38°. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996).



Tendo em vista as discussões e determinações legais em torno da educação de jovens e adultos, em 10 de maio de 2000 foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Essas Diretrizes passaram a reconhecer o valor da EJA como um direito, superando o conceito de ensino supletivo e substituindo a ideia de compensação e caridade pelas funções reparadora<sup>7</sup>, equalizadora<sup>8</sup> e qualificadora<sup>9</sup>.

## 1.2 A REVOLUÇÃO EM ANGICOS

Com a problemática em torno do analfabetismo, ações regionais foram desenvolvidas e assumidas pelos governos locais, assim com a participação de Paulo Freire, na década de 1960 um audacioso programa foi colocado em prática, iniciamos a discussão situando o período.

João Goulart assumiu a Presidência da República no dia 07 de setembro de 1961, época em que o país vivia um momento de agitação no campo político e social. Ao passo que o governo empenhava-se com o desenvolvimento econômico, a sociedade se organizava frente às questões de desigualdade social e ao analfabetismo.

Por sua vez, o Estado Rio Grande do Norte governado por Aluísio Alves desenvolveu um projeto juntamente com a Secretaria da Educação visando diminuir o elevado índice de analfabetismo no Estado. No período, Angicos possuía um grande número de analfabetos e considerando essa situação, a cidade foi então escolhida para ser o local da primeira fase desse projeto. Conforme Pelandré (1998), “A Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte [...] saiu à procura de metodologias alternativas de alfabetização, cujos resultados pudessem ser obtidos nos prazos que haviam sido comprometidos”. (PELANDRÉ, 1998, p. 31-32). Com tal característica, lembrou-se de Paulo Freire que já vinha desenvolvendo trabalhos de alfabetização com pessoas adultas.

Vale ressaltar, pois, que “a história de Angicos tem importantes antecedentes.” (GADOTTI, 2013, p. 49). Visto que no decorrer de toda a década de 1950, Paulo Freire reuniu experiências no campo da alfabetização de adultos em áreas urbanas e rurais próximas a Recife. Assim, percebeu que os caminhos utilizados na alfabetização de adultos eram os mesmos para alfabetizar crianças e, com sua experiência nos trabalhos que vinha realizando, entendeu que esse caminho de alfabetização para o adulto era inapropriado. Diante de suas

---

<sup>7</sup> Função reparadora – significa reparar um erro diante da escolarização negada na idade própria.

<sup>8</sup> Função equalizadora – significa oferecer igualdade de oportunidades.

<sup>9</sup> Função qualificadora – representa uma educação permanente, por toda vida, sendo ela mais que uma função e sim o próprio sentido da Educação de Jovens e Adultos.

considerações Freire então criou no início dos anos 60, uma nova proposta de alfabetização para jovens e adultos.

Neste contexto, a experiência de Angicos surge de um convite feito a Paulo Freire, no ano de 1962, por Calazans Fernandes, na época Secretário de Educação do Rio Grande do Norte. Calazans reuniu-se com o educador em Recife para conversar sobre o projeto de Angicos e convidá-lo para conduzir a organização desse plano com base em seu novo sistema. Freire aceitou o convite, mas pediu total liberdade na escolha de seus coordenadores e nenhuma intervenção política. Dando início aos trabalhos em Angicos, Freire chamou Marcos Guerra estudante de Direito e líder estudantil, para formar o primeiro grupo de monitores do projeto em Angicos. Em seguida, com as orientações de Freire, “Marcos Guerra e sua equipe instalaram-se em Angicos e deram início à experiência educacional que marcaria não só a população angicana, mas o Nordeste e o Brasil.” (CARVALHO; BARBOSA, 2011, p. 72). As características do grupo são consideradas abaixo:

A equipe de trabalho, além dos coordenadores, contava com monitores, também estudantes universitários de Natal, [...] estudantes dos Cursos de Direito, de Serviço Social, de Engenharia, entre outros, filhos, em sua maioria de famílias tradicionais do Estado. (CARVALHO; BARBOSA, 2011, p. 71).

Os monitores foram para Angicos durante suas férias de 1963, nesse período, “residiram na cidade e conviveram intensamente com os alunos”. (PELANDRÉ, 1998, p. 43). O trabalho teve início com o reconhecimento do número de analfabetos de Angicos e com a pesquisa do universo vocabular daquela região. Desse universo foram retiradas as palavras e temas geradores que seriam utilizados no processo de alfabetização dos jovens e adultos. Ressalta-se que as palavras e temas eram escolhidos de acordo com a importância e significado social para o grupo envolvido. É nesse sentido que Freire (1980) esclarece:

Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se). (FREIRE, 1980, pp. 33-34).

A celebração de inauguração do projeto ocorreu no dia 18 de janeiro de 1963, nela estava presente Paulo Freire e o governador do Estado do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves. Posteriormente, no dia 24 de janeiro realizou-se a primeira aula dessa experiência que tinha como propósito alfabetizar 300 trabalhadores em 40 horas. Freire (1980), pensou a

alfabetização como um instrumento que tornasse compatível a realidade do trabalhador “e o material que lhe era oferecido para a aprendizagem”. (FREIRE, 1980, p.41). Sob o mesmo ponto de vista, com base nas palavras que mais significavam a população angicana, utilizou na primeira aula de alfabetização a palavra geradora “belota<sup>10</sup>”. De acordo com Pelandré (1998) o segundo encontro direcionou-se a recapitulação das famílias silábicas trabalhadas até o momento (letras b, l e t), resultando na leitura e formação de palavras das sílabas correspondentes. Por sua vez, na quarta hora, a aula encaminhou-se com base na palavra geradora: sapato. A palavra foi apresentada posteriormente ao debate da cena projetada: “um sapateiro, em uma oficina, trocando o solado de um sapato”. (PELANDRÉ, 1998, p. 41). Conforme a autora, a exibição da imagem provocou a reflexão sobre trabalho. Ressaltamos que atividades similares a essa ocorriam nas demais aulas de alfabetização, pois cada palavra escolhida correspondia o desenho simbólico de uma cena com determinada situação que, por meio de slides causava os debates entre os alunos.

Os materiais eram preparados com base nas palavras geradoras e as aulas formadas por meio de situações-problema, o adulto se educava por meio da discussão de suas experiências de vida. As propostas de alfabetização, de Paulo Freire, não utilizavam a cartilha como material do processo educativo, o seu recurso principal eram os “círculos de cultura”, espaços onde se desenvolviam os debates que davam início ao processo de alfabetização e conscientização.

De acordo com Pelandré (1998), as aulas eram realizadas à noite e durante a manhã os monitores se encontravam para planejar e refletir sobre o trabalho que vinham desenvolvendo. Ao assistir o vídeo “As quarenta horas em Angicos”<sup>11</sup>, evidenciamos os encontros que aconteciam à noite. Nesses espaços percebemos também o encontro de idosos, jovens, adultos e crianças convivendo no mesmo ambiente de aprendizado.

Gadotti (2013), relata que Freire em suas aulas preparatórias, perseverava na questão da articulação entre a educação e a realidade, pois segundo ele, a pessoa tem mais facilidade em aprender a ler e escrever quando seu aprendizado está apoiado na sua própria experiência de vida.

Para Freire (1987), o diálogo é um elemento de suma importância no processo educativo. Em Angicos percebemos a presença do diálogo na busca do conteúdo a ser

---

<sup>10</sup> Belota – uma modificação local da palavra borlota que indicava um enfeite usado em redes e chicotes de couro muito comuns na região.

<sup>11</sup> As Quarenta Horas em Angicos foi uma revolução séria, bem organizada na pequena cidade de Angicos, sertão do Estado Rio Grande do Norte e, sua primeira fase durou apenas 40 horas. A revolução de Angicos foi uma experiência iniciada para acabar com o analfabetismo, problema básico do Estado.

trabalhado e durante os encontros de alfabetização. Exemplo disso são os monitores que proporcionavam um espaço aos participantes para falar sobre o seu dia, falar a respeito de suas compreensões e do que mais gostaram naquela aula.

As aulas eram bastante dinâmicas, “[...] além da projeção de slides, os monitores procuravam utilizar diferentes estratégias, jogos e recursos alternativos”. (PELANDRÉ, 1998, p. 44). Quando os monitores concluíram o trabalho das famílias silábicas, eles fizeram um jornal chamado “O pau-de-arara” com frases feitas pelos próprios participantes no decorrer das aulas. A penúltima aula realizou-se em torno de reflexões sobre tudo que havia acontecido, deixaram de ser analfabetos e tomaram consciência do valor de suas existências e de seus trabalhos.

Ao final da experiência, a primeira turma, concluiu o curso no dia 02 de abril de 1963, com a entrega de certificado aos trabalhadores que haviam se alfabetizado. “Os resultados obtidos – 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias – impressionaram profundamente a opinião pública”. (FREIRE, 1980, p. 17). A cerimônia de entrega de certificados contou com a presença do Presidente da República João Goulart e de vários governadores do Nordeste. Na ocasião, o Presidente João Goulart, recebeu cartas que os participantes do projeto escreveram.

Segundo Gadotti (2013), a experiência de Angicos repercutiu de forma nacional e internacional. Encaminharam-se para Angicos, representantes de vários jornais. Luiz Lobo registrou com filmagens os momentos em Angicos e ao término da experiência divulgou o filme “As quarenta horas de Angicos”, mostrando seu prestígio através de um método acessível, claro e eficaz. “O sucesso dessa experiência de Angicos valeu ao Professor Paulo Freire o convite para repensar a alfabetização de adultos em âmbito nacional” (CARVALHO; BARBOSA, 2011, p. 75). Por sua vez, o presidente João Goulart<sup>12</sup> comprometeu-se com a ampliação dos programas de alfabetização de jovens e adultos e em 1964, seu governo cria a Campanha Nacional de Alfabetização sob a coordenação de Paulo Freire.

No entanto, a Campanha não foi colocada em prática, as ideias foram abolidas pelo golpe militar que considerou o método de Freire revolucionário. Em seguida, Freire passou por perseguições políticas e ficou preso por 70 dias na cadeia de Olinda. Nesse sentido, Gadotti (2013), relata uma passagem de Freire após sua prisão. “[...] na prisão, um dos oficiais responsáveis pelo quartel, sabendo que ele era professor, solicitou a Paulo Freire

---

<sup>12</sup> João Goulart, conhecido como Jango, governou o Brasil entre setembro de 1961 a março de 1964. Como Presidente, sempre foi flexível às reivindicações sociais e “[...] acreditava que só através das chamadas reformas de base [...] diminuiria as desigualdades sociais.” Disponível em: [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com) Acesso em: 25 de jun. de 2014.

para alfabetizar alguns recrutas. Paulo explicou-lhe que foi exatamente porque queria alfabetizar, que fora preso”. (GADOTTI, 2013, p. 57).

Após a experiência, durante o período militar “[...] as pessoas tiveram muito medo. Queimaram toda a documentação [...]” (CARVALHO; BARBOSA, 2011, p. 75) e, evitavam falar sobre o assunto de Angicos.

Para Gadotti (2013, p. 60), “o Programa de alfabetização de adultos marcou a história de Angicos e a vida daqueles que participaram”. Certamente, o segredo do bom resultado da experiência em Angicos foi o progresso humano e a boa preparação dos coordenadores que estavam à frente dos trabalhos de alfabetização. Desta forma, diante das considerações percebemos que o projeto de Angicos foi uma experiência que deu certo. E assim como constatou Pelandré (1998), o tempo foi curto, mas o convívio foi intenso.

Percebemos no contexto investigado, através deste resgate histórico, que a Educação de Jovens e Adultos passou por um processo de desenvolvimento e transformações. Foi permeada por movimentos e programas visando a erradicação do analfabetismo. Nesse percurso, evidenciamos também que o ensino para adultos muitas vezes era desenvolvido de forma infantilizada, ou seja, reutilizando planejamentos de outra faixa etária, entrando assim, em contradição com as propostas de Paulo Freire, ao negar as experiências de vida dos adultos-educandos na ação educativa.

## **2 A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DE PAULO FREIRE**

Partindo da análise sobre educação como um processo de humanização, a concepção pedagógica defendida por Paulo Freire na década de 60 é a Educação Libertadora. Sua concepção tem como característica a emancipação do sujeito perante sua condição de opressão e, suas ideias contemplam o processo educativo como um caminho que prepara esse sujeito para transformar sua realidade.

A proposta educacional de Freire tem como concepções metodológicas o respeito ao educando, o diálogo e o desenvolvimento da criticidade. Mas sua pedagogia fundamenta-se sobre dois princípios essenciais: a politicidade e a dialogicidade.

A ideia inicial do pensamento de Freire compreende uma educação que não é neutra, pois a mesma quando vista sobre as dimensões da ação e da reflexão de certa existência pressupõe a atuação do homem sobre essa realidade. O princípio da politicidade nas ideias de Freire concebe a educação como problematizadora, que mediada pelo diálogo busca a transformação através do pensamento crítico.

Segundo Feitosa (1999), os processos de aprendizagem da leitura e da escrita no pensamento de Freire, são construídos em conformidade com o ato político, pois enquanto aprende a escrever a palavra sociedade, por exemplo, “[...] o alfabetizando é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade [...]”. (FEITOSA, 1999, p. 44). Esse modelo de reflexão impulsiona a superação da consciência pelo senso comum para a consciência crítica, sendo essa nova visão a possibilidade de intervenção dos sujeitos na transformação.

Por sua vez, a dialogicidade é uma característica essencial da educação libertadora. Através do diálogo, educador e educando se tornam sujeitos do processo educacional e os argumentos de autoridade de nada mais valem. Vale ressaltar que o diálogo nos relatos de Freire (1987), tem início antes mesmo da própria ação pedagógica, uma vez que, essa interação acontece na busca do conteúdo a ser trabalhado.

Falar sobre algo completamente distante da experiência do educando é uma das inquietações de crítica de Paulo Freire. Na educação “bancária”, o educador apenas transmite aos educandos conteúdos e informações isolados da realidade a qual esses sujeitos se inserem. Essa educação, segundo Freire (1987), transforma a consciência do aluno em um pensar mecânico e não reflexivo. À procura de humanismo, nas relações entre os sujeitos, a educação de acordo com Freire tem o propósito de causar a ampliação da visão de mundo e isso acontece quando essa relação é intermediada a favor do diálogo.

A educação como prática da liberdade diferencia-se da simples transmissão de informações e vem no sentido de produzir um senso crítico que leve o sujeito a entender, reivindicar e se transformar. Além disso, a educação libertadora resulta na consciência do aluno sobre o mundo em que vive e refere-se à ideia de que é preciso existir uma troca contínua de conhecimento entre educador e educando. Paulo Freire não considerava seu pensamento educacional como uma metodologia de ensino. Em entrevista concedida a Pelandré (1998), ele declara sobre esse assunto.

Eu preferia dizer que não tenho método. O que eu tinha, quando muito jovem, há 30 anos ou 40 anos, não importa o tempo, era a curiosidade de um lado e o compromisso político do outro, em face dos renegados, dos negados, dos proibidos de ler a palavra, relendo o mundo. O que eu tentei fazer, e continuo fazendo hoje, foi ter uma compreensão que eu chamaria de crítica ou de dialética da prática educativa, dentro da qual, necessariamente, há uma certa metodologia, um certo método, que eu prefiro dizer que é um método de conhecer e não um método de ensinar. (PELANDRÉ, 2002, p. 53).

Em relação ao método, Freire entendia tratar-se de uma teoria do conhecimento do que de uma metodologia de ensino. Com efeito, entendemos, conforme Feitosa (1999), que a

identificação dessas ideias em expressões de Método ou Sistema, resulta pelo fato da mesma envolver uma sequência de três momentos ligados entre si.

O primeiro momento refere-se a investigação temática, ou seja, é o momento em que se pesquisa as palavras e temas geradores ligados a vida cotidiana dos alfabetizandos. Já o segundo momento, diz respeito a tematização, isto é, os temas e palavras geradoras são selecionadas conforme seu significado social para o grupo. Por sua vez, o terceiro momento está relacionado à problematização, na qual, a visão simples é superada por uma visão crítica possível de transformar a realidade em que se vive.

Como resultado de suas ideias, em seu livro *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação*, o autor Paulo Freire apresenta a aplicação prática de sua proposta em cinco fases expostas a seguir.

Primeira fase – a **descoberta do universo vocabular** dos educandos com os quais se trabalhará. Essa fase é um momento importante de pesquisa e reconhecimento do grupo.

Segunda fase – **seleção de palavras dentro do universo vocabular pesquisado**. Esta escolha deve ser feita segundo Freire (1980) sob os critérios da riqueza fonética, das dificuldades fonéticas, colocando-se na ordem de dificuldade crescente e do conteúdo prático da palavra, buscando o maior comprometimento possível da palavra com a realidade de fato.

Terceira fase – **criação de situações existenciais** próprias do grupo a trabalhar. São situações desafiadoras, problematizadoras e cheias de elementos que serão decodificados pelo grupo com a intervenção do educador. “[...] São situações locais que abrem perspectivas para a análise de problemas nacionais e regionais [...]”. (FREIRE, 1980, p.44).

Quarta fase – pressupõe a **elaboração de fichas** que ajudam os educadores no desenvolvimento do seu trabalho. São fichas que deverão apenas dar apoio, sem uma regra rígida a cumprir.

E por último, a quinta fase – consiste na **elaboração de fichas com a decomposição das famílias fonéticas** condizentes as palavras geradoras. O material pode ser preparado na forma de cartazes ou slides. Com efeito, percebemos a proposta de Freire no uso dessa metodologia de alfabetização para jovens e adultos, como algo diferente e inovador, pois, até o momento a alfabetização para adultos caracterizava em simples adaptações das cartilhas para crianças. A respeito deste assunto, Vale, Jorge e Benedetti (2005, p. 23) afirmam:

Ao invés de letras e palavras soltas, fragmentadas e descontextualizadas da vida social e da experiência pessoal dos alunos, em um aprendizado mecânico do “ba-be-bi-bo-bu” ou de frases simplórias e alienantes, como “A

baba é do boi”, Freire sugere partir dos temas geradores, ou temas sociais colhidos do universo vocabular dos educandos. [...].

Diante das considerações apresentadas, entendemos a proposta de alfabetização do educador Freire, como um processo de conscientização que também proporciona a aquisição dos recursos de leitura e escrita. Percebemos sua concepção, como diferente, por tornar possível uma aprendizagem libertadora e não mecânica, por promover a relação entre educador e educando e a valorização da sua cultura, do vocabulário do sujeito alfabetizando.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, percebemos que sua trajetória foi marcada por muitas transformações, demonstrando estar totalmente relacionada às mudanças sociais, políticas e econômicas que caracterizam cada período histórico.

Compreendendo a EJA como uma Educação, prevista por lei, que propõe dar oportunidades para concluir os estudos àqueles que por algum motivo não completaram na idade própria, percebemos que na prática ainda há muito que se fazer, pois as políticas públicas tem garantido apenas o acesso desse público à escola, mas não a sua permanência. O motivo principal da não continuidade dos estudos corresponde, muitas vezes, ao fato da escola não atender as expectativas desses sujeitos, mas outro fator que também contribui refere-se à forma como as aulas são ministradas após um dia de trabalho árduo. Diante desse contexto, entendemos a necessidade em se oferecer aulas significativas e contextualizadas a realidade dessas pessoas para que as mesmas se tornem leitores e leitoras do mundo.

É nesse sentido, pois, que o Método de Paulo Freire oferece condições de educação para os alunos desta modalidade de ensino. Entendemos em Freire (1980), que a alfabetização não deve limitar-se a algo completamente mecânico e de memória.

Por isso, todo aprendizado deve estar relacionado ao entendimento de uma situação real e concreta do aluno. O objetivo da educação para Freire é conscientizar o sujeito sobre sua realidade, a fim de transformá-la. Sua proposta de educação serve de instrumento para a emancipação do sujeito, uma vez que, tem como base o diálogo, a presença da relação educador/educando e a utilização dos saberes prévios para que novos conhecimentos sejam apreendidos.



A proposta de Freire, no trabalho com a Educação de Jovens e Adultos vem colaborar para que eu como educadora perceba o quanto o método de Paulo Freire pode contribuir para que os alunos da EJA busquem a transformação do seu estado atual. Com isso, Paulo Freire nos leva a entender a importância do diálogo, do compartilhar com o outro e a capacidade que a educação conscientizadora tem em transformar vidas.

Finalizando o trabalho compreendemos que Paulo Freire contribuiu significativamente com a educação de Jovens e Adultos e colaborou com a construção de uma Educação que prioriza o desenvolvimento de uma consciência reflexiva, crítica e libertadora, considerando uma nova relação entre educador e educando, entendendo o analfabetismo como um problema social. Além disso, enfatizamos que este estudo não se dá por encerrada as discussões em torno da Educação de Jovens e Adultos, mas tem o caráter de contribuir com a produção científica, um exemplar a ser somado, representa um estudo bibliográfico capaz de nortear novas pesquisas e, sobretudo abrir um leque de possibilidades para outras pesquisas sobre a EJA.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 16, de 12 de Agosto de 1834.** Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html)>. Acesso em: 16 de mai. de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n. 5692/71.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96.** Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Alunas e Alunos da EJA.** Brasília, 2006, p. 3-19. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja\\_caderno1.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf)>. Acesso em: 16 de mai. 2014.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; BARBOSA, Maria das Graças da Cruz. Memórias da Educação: A Alfabetização de Jovens e Adultos em 40 horas (Angicos/RN, 1963). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.43, p. 66-77, set 2011. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43/art05\\_43.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43/art05_43.pdf)>. Acesso em: 06 de mar. de 2014.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1999, p. 43-53. Disponível em: <[acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/.../FPF\\_PTPF\\_07\\_0004.pdf](http://acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/.../FPF_PTPF_07_0004.pdf)>. Acesso em: 10 de abr. de 2014.

FOCHEZATTO, Anadir; CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **A Proposta da Educação Problematicadora no Pensamento Paulo Freire**. Disponível em: <[www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/paper/viewFile/1931/926](http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/paper/viewFile/1931/926)>. Acesso em: 16 de abr. 2014.

FREIRE, Paulo. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. In: FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, p. 13-50.

\_\_\_\_\_. A alfabetização de adultos – crítica de sua visão ingênua compreensão de sua visão crítica. In: FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981, p. 11-20.

\_\_\_\_\_. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Alfabetizar e Politizar: Angicos, 50 anos depois. **Revista de Informação do Seminário – RISA**, Angicos, RN, v. 1, n. 1, p. 47-67, jan./jun. 2013. Edição Especial. Disponível em: <<http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/risa/article/view/3150>>. Acesso em: 06 de mar. de 2014.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Notas para a história da educação: considerações acerca do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 34, p. 294-305, jun. 2009. Disponível em: <[www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01\\_34.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01_34.pdf)>. Acesso em: 09 de jun. de 2014.

MOTA, Rosângela da Silva. **Aprendizagem do Adulto e Correspondentes Metodologias**. Trabalho de conclusão de curso (especialização em Educação de Jovens e Adultos). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009, 36 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=41039>>. Acesso em: 14 de jun. de 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI). Ministério da Educação de Brasil. Sistema Educativo Nacional de Brasil. **14. Educação de Jovens e Adultos**. p. 164-173. Disponível em: <[www.oei.es/quipu/brasil/educ\\_adultos.pdf](http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_adultos.pdf)>. Acesso em: 15 de jun. de 2014.

PELANDRÉ, Nilceia Lemos. **Efeitos a longo prazo do método de alfabetização Paulo Freire**. Florianópolis, 1998. Vol. I e II p. 26-52 Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em: 03 de abr. de 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112179/110247.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 5, n. 2, Nov. 2006. 15 p. Acesso em: 08 de abr. de 2014. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/article/view/287>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SOUZA JUNIOR, Mauro Roque de. O Mobral, um marco do regime militar. In: SOUZA JUNIOR, Mauro Roque de. **A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2012, p. 38-53 Disponível em: <<http://www.lpp-buenosaires.net/ppfh/documentos/teses/mauroroque.pdf>>. Acesso em: 21 de jun. 2014.

VALE, Maria José; JORGE, Sonia Maria Gonçalves; BENEDETTI, Sandra. **Paulo Freire- educar para transformar: almanaque histórico**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005, p. 5-52. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/direitos/militares/paulofreire/almanaque\\_de\\_paulo\\_freire.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militares/paulofreire/almanaque_de_paulo_freire.pdf)>. Acesso em: 18 de jan. de 2014.